

HABEAS CORPUS Nº 570.457 - RJ (2020/0079332-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **FILIFE ALONSO DE MATTOS E OUTRO**
ADVOGADOS : **THIAGO DE OLIVEIRA CAMARA - RJ209766**
 : **FILIFE ALONSO DE MATTOS - RJ213005**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **LEONARDO MACHADO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LEONARDO MACHADO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (relator Desembargador Carlos Eduardo Roboredo).

Os autos dão conta de que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de associação e de extorsão majorada (arts. 288 e 158, § 1º, do Código Penal) – e-STJ fls. 73/77.

A defesa impetrou *habeas corpus* na origem; o pedido liminar foi indeferido monocraticamente (e-STJ fls. 44/46).

No presente *writ*, os impetrantes esclarecem, inicialmente, que "*o acusado foi condenado a 07 (sete) anos e 04 (quatro) meses, no regime SEMIABERTO, pelos Artigos 288 e 158, §1º do Código Penal, conforme Sentença em fase de recurso de fls. 1239/1264, datada de 30 de Abril de 2019. O mesmo encontra-se preso desde o dia 27 de Março de 2019, ou seja, 01 (hum) ano ininterrupto, cumprindo aproximadamente 1/6 de sua pena, o que lhe daria o direito a progressão de regime, para o Aberto*" (e-STJ fl. 5).

Acrescenta a defesa que, "*na Unidade Prisional em que o acusado se encontra, está tendo surto de sarampo e COVID-19*" (e-STJ fl. 6).

Aponta a desnecessidade da prisão cautelar e a ausência de trânsito em julgado da condenação.

Afirma que "*o acusado apresenta um quadro de Hipertensão, fazendo uso de remédios constantes, a defesa não obteve o laudo, pois, a medica da Unidade tem mais de 60 (sessenta) anos e não está indo trabalhar, desta forma, além do acusado estar no semiaberto e possuir hipertensão, se enquadra nas diretrizes da Recomendação*

Superior Tribunal de Justiça

62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, sendo certo, que encontra-se preso a mais de 90 dias preventivamente, tendo em vista que sua condenação ainda não transitou em julgado!!!" (e-STJ fl. 7).

Por fim, assevera que a prisão preventiva foi decretada com base na gravidade abstrata do delito, sem observância dos requisitos estampados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Diante dessas considerações, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com a ordem de imediata expedição de alvará de soltura.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Outrossim verifico que a sentença condenatória bem como as demais peças processuais que demonstrariam as supostas ilegalidades da manutenção da prisão preventiva não vieram encartadas aos autos, impossibilitando a análise da pretensão apresentada no *writ*.

Ressalte-se que o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a defesa demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente.

Nesse sentido, segue a jurisprudência desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. FALTA DE PEÇAS NECESSÁRIAS. DECISÃO DA CORTE DE ORIGEM. MERA COLAÇÃO NA PETIÇÃO INICIAL. DOCUMENTO OFICIAL. EXIGÊNCIA DA REPRODUÇÃO DO DECISUM CONFORME PREVISTO NO ART. 134, C.C. ART. 255, §§ 1º E 3º, DO RISTJ.

[...]

2. A ausência nos autos do *habeas corpus* do acórdão ou da decisão combatida torna inviável o exame da controvérsia, não se prestando

à finalidade de instrução a mera transcrição, na própria petição inicial, do seu suposto teor, já que, de acordo com a exigência estabelecida no art. 134, c.c. art. 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ, há necessidade da reprodução advinda de repositórios oficiais.

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no HC 429.823/PR, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018, grifei.)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO DECRETO PRISIONAL. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT ORIGINÁRIO. PROVA QUE DEVE SER PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR NA ANÁLISE DO PLEITO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. *É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído.*

2. *Não merece reparos a decisão atacada, pois persiste a **ausência do decreto prisional** e da cópia do indeferimento de liminar do writ originário elencados no decisum acima transcrito, o que **impede a análise meritória do presente habeas corpus.***

3. *Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento.* (RCD no HC 410.828/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. MANDAMUS NÃO INSTRUÍDO COM CÓPIA DO PROVIMENTO JUDICIAL QUESTIONADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA.

[...]

2. *A impetração não veio instruída com cópia da decisão impugnada, não havendo que se falar, assim, em flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice acima mencionado.*

3. *O rito do habeas corpus e do recurso ordinário em habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca e tempestiva, por meio de documentação que evidencie a pretensão aduzida, a existência do*

Superior Tribunal de Justiça

avertado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido. (AgInt no HC 409.060/RN, relator Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 28/2/2018, grifei.)

Quanto à alegação referente ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator